

OLIVEIRA, Cleiton Ribeiro e; BARROS, Déborah Magalhães de. A não realização do objeto na segunda casa argumental e o desenvolvimento de construções ergativas no Português Brasileiro. *Revista Intercâmbio*, v. LIX, e73224, 2026. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

<https://doi.org/10.23925/2237-759X2025V57e73224>

A NÃO REALIZAÇÃO DO OBJETO NA SEGUNDA CASA ARGUMENTAL E O DESENVOLVIMENTO DE CONSTRUÇÕES ERGATIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

OBJECT NON-REALIZATION IN THE SECOND ARGUMENT SLOT AND THE DEVELOPMENT OF ERGATIVE CONSTRUCTIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Cleiton Ribeiro e OLIVEIRA
(Universidade Estadual de Goiás – UEG)
cleiton.oliveira@ueg.br

Déborah Magalhães de BARROS
(Universidade Estadual de Goiás – UEG)
deborah.barros@ueg.br

RESUMO: Esta pesquisa investiga qualitativamente, sob o viés dos Modelos Baseados no Uso, a não realização do objeto no português brasileiro (PB), com destaque para a fala goiana. A hipótese é que está havendo alterações na conceptualização do evento descrito, envolvendo a interação entre o locutor e o interlocutor e os verbos que essencialmente não realizam o objeto motivam outros verbos a se comportarem da mesma maneira. Analisou-se: o objeto anafórico implícito definido e indefinido; o objeto semanticamente preenchido; a voz ergativa. Nesses três processos, é possível notar alterações na valência do verbo predador indicativas de diferentes organizações sintáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Não realização do objeto; Voz ergativa; Organização oracional; Modelos Baseados no Uso; Funcionalismo.

ABSTRACT: *This research qualitatively investigates, from the perspective of Usage-Based Models, the non-realization of the object in Brazilian Portuguese (BP), with an emphasis on the speech from Goiás. The hypothesis is that there are changes in the conceptualization of the described event, involving the interaction between the speaker and the interlocutor, and that verbs that prototypically occur without an explicit object motivate other verbs to behave similarly. It was analyzed: the implicit anaphoric object (definite/indefinite); the semantically recoverable object; and the ergative. In these three processes, it is possible to observe changes in the valence of the predicate verb, indicative of different syntactic organizations.*

KEYWORDS: Object non-realization; Ergative; Sentence organization; Usage-Based Models; Functionalism.

1. Introdução

Tem-se concluído que, especialmente, a realização ou não dos argumentos na estrutura oracional – por meio do preenchimento das casas argumentais¹ – vem colaborando para alguns movimentos de mudança na sintaxe do português brasileiro (PB), como, por exemplo, o processo de ergativização² (BARROS, 2011; 2016; CASSEB-GALVÃO; BARROS; BERTOQUE, 2022).

Sob os pressupostos teóricos funcionalistas e cognitivistas abrigados nos Modelos Baseados no Uso (MBU), este artigo descreve e analisa o não preenchimento da casa do argumento² com a função sintática de objeto. O fenômeno envolve elementos morfossintáticos, semânticos-pragmáticos e cognitivos e estabelece correlação com o sistema de voz, que, por sua vez, pode estar motivando o desenvolvimento de construções com características ergativas no Português Brasileiro (PB).

A língua, organizada como uma rede de fenômenos interligados, é suscetível a mudanças que podem desencadear novas estruturas. Nesse contexto, a maneira como o verbo se relaciona com seus argumentos — sujeito e objeto — pode ser alterada pela ausência de um deles, especialmente o objeto. A não realização influencia a estrutura da oração e abre espaço para construções ergativas, em que o padrão sintático e semântico se transforma.

Neste trabalho, o termo **ergatividade** não é empregado em sua acepção tipológica clássica, segundo a qual o sujeito de um verbo intransitivo (S) recebe o mesmo tratamento morfossintático que o objeto de um verbo transitivo (O), em oposição ao sujeito de um verbo transitivo (A). No português brasileiro, a noção é utilizada para descrever construções decorrentes de uma reconfiguração da estrutura argumental e da ordem canônica SVO — sujeito, verbo e objeto. Nesse processo, o objeto da construção transitiva de origem, correspondente ao argumento 2, passa a ocupar a posição inicial da oração e é

¹ Com base em Givón (2001) e Goldberg (1995), entende-se por casas argumentais os espaços sintático-semânticos previstos por um predador ou por uma construção para a realização dos participantes de um evento. Em Givón (2001), esses argumentos relacionam-se à estrutura funcional e pragmática do evento, envolvendo papéis como agente, paciente, tema, experienciador ou beneficiário. Em Goldberg (1995), por sua vez, a estrutura argumental não depende exclusivamente do verbo, mas da interação entre verbo e construção, de modo que a própria construção pode licenciar determinados participantes. Assim, as casas argumentais não devem ser compreendidas como posições fixas e puramente formais, mas como lugares de preenchimento configurados pelo uso, pela conceptualização do evento e pela associação entre forma e significado.

² O processo de ergativização vai muito além da ausência de um termo na oração.

reanalisado como sujeito sintático, embora preserve o papel semântico de paciente ou participante afetado.

A posição anteriormente ocupada pelo objeto não é preenchida, ao passo que o sujeito da construção transitiva de origem, geralmente associado ao agente ou causador do evento, deixa de ser expresso. Como resultado, constitui-se uma oração de configuração **SVø**, na qual o sujeito apresenta propriedades semânticas de paciente ou afetado. A ergatividade, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma reordenação linear dos constituintes, mas como a construção de uma nova configuração oracional, marcada pela redução da valência verbal, pela supressão do argumento causador e pelo perfilamento do participante afetado como sujeito.

Embora esse funcionamento se aproxime de fenômenos como a alternância causativa-anticausativa, a inacusatividade e a voz média, a construção aqui denominada ergativa distingue-se pela focalização do processo ou da mudança de estado experienciada pelo participante afetado. Diferentemente da construção causativa, não há a expressão de um agente ou causador externo; diferentemente da passiva, não se verifica uma estrutura perifrástica nem a possibilidade regular de recuperação do agente por meio de um sintagma preposicionado. A denominação “ergativa” é, assim, adotada em sentido construcional e funcional, para caracterizar a alternância em que o argumento originalmente associado à função de objeto é perfilado como sujeito da nova oração.

Para verificar esse processo, este trabalho foi produzido a partir de resultados de diversas pesquisas desenvolvidas no âmbito da voz, da transitividade e da constituição oracional, pois um estudo em correlação desses fenômenos é fundamental para que cada um deles possa ser descrito de maneira mais completa visto que um interfere no outro, porque conforme pressupostos da Gramática de Construções (Goldberg, 1995; 2006), todos os fenômenos linguísticos se interconectam em uma rede e são sensíveis a mudanças em qualquer um dos elos que os unem.

Recorreu-se também a alguns trabalhos verticalizados sobre verbo e complemento como Loredó Neta (2014), além de pesquisas voltadas para o estudo da voz (BARROS, 2011; 2016; CASSEB-GALVÃO; BARROS; BERTOQUE, 2022).

A hipótese inicial era de que a transitividade desempenhava um papel importante e contribuía no processo da não realização do complemento nominal do verbo e, conseqüentemente, no desenvolvimento de construções ergativas. No entanto, como será mostrado na análise, enquanto a valência está altamente ligada à não realização do segundo argumento, a transitividade precisa ser analisada em cada instância, sendo que o seu grau dependerá de fatores mais abrangentes – de ordem contextual e cognitiva – do que o preenchimento das casas da estrutura argumental. Em especial nas

ergativas, normalmente, os verbos que possibilitam a sua construção são aqueles que presumem, na ativa, um sujeito com o papel semântico de agente e admitem, na ergativa, que o sujeito tenha o papel semântico de paciente/afetado.

Para averiguar essa hipótese, a pesquisa foi conduzida pelos seguintes questionamentos:

1. Em quais circunstâncias o argumento2 não é realizado?
2. Como a transitividade e a valência se relacionam à não realização do argumento2 e à estrutura argumental da sentença?
3. Quais fatores funcionais e construcionais podem contribuir para explicar o fenômeno da não realização do argumento2?
4. Em que medida a não realização do objeto colabora para o desenvolvimento de construções ergativas?

A fim de responder a essas indagações, este trabalho objetivou compreender e descrever alguns usos nos quais o objeto não é realizado. A literatura especializada no estudo do objeto determina várias circunstâncias para a sua não realização oracional, isto é, o predicado se realiza sem o seu complemento interno. Metodologicamente, esta pesquisa elencou três dessas circunstâncias por elas se mostrarem mais produtivas no *corpus* analisado: i) objeto anafórico - recuperável no contexto; ii) objeto reconstituído pela semântica do verbo; iii) objeto deslocado para a posição inicial da oração, que resulta em uma construção ergativa.

Procurou-se explicar, a partir dos pressupostos dos Modelos Baseados no Uso, como cada uma das três circunstâncias de uso revela: gradiência na transitividade; alterações na estrutura argumental quando não há realização do argumento2; e, em alguns casos, reorientação no sistema de voz, resultando em construções ergativas. As generalizações decorrem da análise de usos específicos, porém que têm em comum a da não realização do argumento2.

Este trabalho está composto por três partes. Primeiramente, é apresentada uma perspectiva teórica cognitivo-funcional que tem a língua como um instrumento vivo de comunicação e adaptável às necessidades dos falantes, nessa seção são abordados os conceitos: informatividade; topicalização; perspectivização; e analogia. Em um segundo momento, são considerados alguns eventos nos quais o argumento2 não é realizado e a relação da transitividade e da valência nesses eventos. Por fim, utilizamos das prerrogativas teóricas de Givón (2001) e de Goldberg (1995) para analisar a estrutura argumental de algumas ocorrências da não realização do argumento2.

2. Pressupostos teóricos cognitivos-funcionais

Pressupostos teóricos do funcionalismo clássico e da linguística cognitiva estão sendo adotados de maneira integrada na atualidade a fim de se promover uma análise e uma descrição mais robustas e

completas. A reunião desses pressupostos tem sido reconhecida pela comunidade linguística como Modelos Baseados no Uso (MBU). Isso implica que a língua não possui uma sintaxe absolutamente autônoma e que a estruturação de uma oração acontece a partir da necessidade do falante em comunicar um evento no mundo ou de se envolver em um evento (TOMASELLO, 2008).

Para os Modelos Baseados no Uso, a gramática individual permanece sensível à experiência ao longo da vida. A literatura sustenta essa ideia ao mostrar que o conhecimento linguístico é afetado pela frequência, pelo input, pela analogia, pela esquematização e pelo entrincheiramento. Desse modo, novos padrões discursivos podem ser incorporados à rede construcional do falante, não como cópia mecânica do input, mas como resultado da interação entre experiência linguística, memória, categorização e generalização.

Além disso, ao ter contato com diferentes discursos, o falante se expõe a novos padrões construcionais e, a partir desse input, pode reorganizar sua rede linguística, elaborando novas formas de estruturar a língua com base nas construções já conhecidas e nas regularidades emergentes do uso (BYBEE, 2015; GOLDBERG, 2006).

Por isso, como é salientado por Furtado da Cunha et al (2013: 14), há uma forte ligação entre o discurso e a gramática, "a gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso." A estrutura da língua se adapta para melhor atender às necessidades comunicativas de cada indivíduo.

Tomasello (2008) ressalta que a língua se adapta às necessidades comunicativas dos indivíduos, acompanhando seu desenvolvimento. As mudanças linguísticas são influenciadas por fatores socioculturais e envolvem não apenas aspectos formais, mas também semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais. Dentre os fatores que podem alterar a maneira como os eventos do mundo são descritos e impactar a organização sintática destacam-se *a informatividade; a perspectivização; e a analogia*.

A *informatividade* está relacionada com informação selecionada pelo falante, e por ele organizada, para melhor realizar o ato comunicativo, ela está relacionada, por exemplo, com a construção da *figura* e do *fundo* de uma sentença. García (1996) determina que a *figura* é a parte central de uma sentença, a que recebe enfoque, é a parte singular e, prototipicamente, está topicalizada; o *fundo* é periférico, não essencial, plural, são os vários elementos que podem ser acionados em ato comunicativo, mas são opcionais. Pode-se dizer, assim, que, em uma estrutura na ordem SVO, o sujeito é referente à *figura* enquanto o objeto, ao *fundo*, embora, como García (1996) salienta, se algum elemento que compõe o *fundo* de um enunciado passar a receber enfoque, semântico ou sintático, ele pode vir a se tornar uma *figura*, daí a necessidade da análise em contexto de uso.

Sobre a informatividade, Langacker (2013) afirma que dependendo da necessidade de informar, de dar destaque a um determinado elemento da oração, ele pode receber enfoque pela reordenação da sentença (topicalização), ou, como realça Cruse (2004), por meio de prosódia. Em se tratando da formação de enunciados como *Pastel vende na feira*³, essas considerações são caras, uma vez que houve um processo de topicalização nesse enunciado que alterou: a estrutura argumental do enunciado; a valência do verbo *vender*; e a voz verbal, de ativa para ergativa.

Outro aspecto que pode alterar a maneira como os elementos linguísticos são elaborados está relacionado com a perspectiva sobre os eventos vivenciados. A *perspectivização* envolve a maneira como o indivíduo se relaciona com os eventos do mundo e como ele estrutura essas experiências, como defende Langacker (2008), o ponto de vista em relação a um evento pode afetar como ele é organizado linguisticamente. Um evento no qual ambos os participantes experienciam e observam a cena do mesmo local, com o mesmo ponto de vista, e o descrevem com a mesma intencionalidade, tende a ser elaborado linguisticamente da mesma forma.

Langacker (2008) observa que a descrição de um evento envolve escolhas de perspectivização e de proeminência conceptual. Em uma construção transitiva como *João fechou a porta*, o evento é organizado a partir de uma relação entre um participante agente/causador, expresso pelo sujeito *João*, e um participante afetado, expresso pelo objeto *a porta*. Já em *A porta fechou*, o mesmo tipo de evento é apresentado sem a codificação explícita do agente/causador, de modo que o participante afetado passa a ocupar a posição de sujeito de uma construção ergativa. Assim, não se trata necessariamente de topicalização em sentido informacional estrito, mas de uma reorganização da cena verbal, na qual o falante deixa de perfilar o agente e confere maior proeminência ao participante afetado.

Ao reelaborar um evento no mundo, o falante não o faz aleatoriamente, ele seguirá padrões já existentes na língua para realizar uma nova elaboração, esse é o processo denominado *analogia*. Bybee (2015) afirma que um dos aspectos da analogia está relacionado à sintaxe da língua e tem relação com a capacidade cognitiva de criar novas expressões a partir de expressões já existentes. Para a autora, um dos fatores que está associado ao processo de mudança por analogia é a produtividade e a frequência.

A produtividade, como defende Bybee (2015), está relacionada à probabilidade de determinado padrão, ou forma, ser utilizado pelo falante; além disso, quanto mais frequente uma estrutura, maior a probabilidade que ela aconteça e se torne a base para novas estruturas. Isso pode ser analisado na criação de novos verbos, que,

³ A análise desses enunciados encontra-se na parte 2 e 3 deste artigo.

geralmente, são criados com base em verbos regulares da primeira conjugação (-ar), como em: *pamonhar*, *googlar* e *mochilar*.

Quanto à frequência, há duas possibilidades, *frequência token* e *frequência type*. A *frequência token* é referente recorrência de um determinado item ou expressão, por exemplo, o uso frequente da palavra *googlar* como referente a procurar alguma informação na internet; a *frequência type* é referente a uma estrutura mais abstrata, a um esquema, como por exemplo, SN+ar (morfema verbal mais frequente) para a formação de um novo verbo: *Google+ar* = *googlar*.

Em termos de padrões sintáticos, tem-se a prerrogativa de que o elemento que se encontra à esquerda do verbo tem a função de sujeito, esse conhecimento pré-estabelecido faz com que seja possível em enunciados como *A porta fechou*, o item *porta* ser considerado como sujeito da oração e ao ocupar a posição de sujeito herdar dele sua relação de concordância com o verbo. Mas para fazer afirmações mais precisas, também é necessário falar sobre *transitividade*, *valência* e *estrutura argumental*.

Este trabalho assume, assim como Barros (2011), a proposta teórica de Hopper e Thompson (1980) de que não existem dois polos extremos de transitividade – verbos transitivos ou intransitivos – como é apregoadado pela Gramática Tradicional. Para a vertente baseada no uso, a *transitividade* é gradiente e vários fatores são responsáveis por esse processo, tais como a quantidade de argumentos empregados com o verbo e a natureza desses argumentos, ou seja, a transitividade é da oração e não unicamente do verbo, e se refere à relação de todos os elementos envolvidos na predicação.

Barros (2011) explica que a transitividade não reside apenas no verbo e sim na oração, dessa forma, não existiria um verbo que fosse plenamente intransitivo se seu significado *transita* para algum outro complemento da oração podendo ou não causar o seu afetamento – como, por exemplo, o sujeito. Ter-se-ia, assim, a noção de que a transitividade ocorre de maneira gradiente e de que um verbo pode ser [+transitivo] ou [-transitivo] dependendo das relações estabelecidas pelos argumentos.

A seleção desses argumentos está intimamente relacionada com a semântica do verbo, com o próprio evento que o falante deseja comunicar e com o papel semântico dos argumentos envolvidos na predicação (GIVÓN, 2001). O verbo, dessa maneira, representa uma força predadora que seleciona os argumentos utilizados na predicação. Prototipicamente, por exemplo, o verbo *dormir* exige um argumento (argumento1), que na estrutura oracional será preenchido pelo elemento que assume a função sintática de sujeito, cujo traço semântico é [+animado], dessa forma, é possível enunciar que *João dormiu*, *o gato dormiu*, mas, a não ser que seja em um contexto literário, não é coerente estabelecer que *A pedra dormiu*. Além disso, contrastar enunciados que descrevem o mesmo evento de mundo

como *João dorme agora* e *João está dormindo agora*, pode-se perceber uma alteração no aspecto e, portanto, na transitividade da oração. Sendo assim, é possível afirmar que a estrutura argumental é determinada pelo verbo e sua semântica e que a própria noção de transitividade reside na relação que o verbo exerce com os argumentos que seleciona.

Dessa forma, como defende Barros (2011), uma perspectiva funcional rejeita a noção de um verbo que seja intransitivo. O verbo *morrer*, por exemplo, que pela tradição seria um verbo intransitivo por não requerer um objeto, para o funcionalismo teria uma carga de transitividade mais baixa em relação a verbos que exigem um complemento como, por exemplo, o verbo *dar*, mas não teria uma transitividade inexistente, sobremaneira pelo nível de afetamento do sujeito.

A forma como a transitividade é retratada pelas correntes funcionalistas pode elucidar um pouco melhor as mudanças pelas quais o verbo pode passar em relação à transitividade, de acordo com a natureza do verbo e dos outros argumentos que são empregados na oração, e como é salientado por Furtado da Cunha et al (2015), de acordo com questões pragmáticas, sendo que ao topicalizar uma informação, ou omitir um argumento, os padrões de transitividade podem ser alterados. Por exemplo, em *João quebrou o copo*, o verbo *quebrar* aparece em uma construção transitiva, com um agente explícito, *João*, e um paciente afetado, *o copo*. Já em *O copo quebrou*, o mesmo evento é apresentado sem a codificação do causador, e o participante afetado passa a ocupar a posição de sujeito da oração. Nesse caso, há redução da transitividade, pois a cena verbal deixa de ser organizada em torno da relação agente-paciente e passa a ser perspectivada a partir do elemento afetado. Do mesmo modo, em *Esse livro, eu já li*, a posição inicial do objeto não decorre de exigência sintática do verbo, mas de uma escolha discursiva de topicalização, que torna esse participante mais saliente na organização informacional da oração.

Para a Gramática de Construções, especificamente, a transitividade é considerada uma propriedade das construções, isto é, da forma como os padrões verbais se relacionam com seus argumentos. Goldberg (2006) defende que a transitividade não se refere apenas à semântica lexical do verbo, mas à construção como um todo, uma vez que a própria construção pode influenciar a interpretação do verbo e a maneira como ele se combina com outros elementos. Nesse sentido, uma construção transitiva codifica, prototipicamente, eventos em que um participante age sobre outro, provocando algum tipo de afetação ou mudança de estado.

Esse funcionamento pode ser observado em pares como *João quebrou o copo* e *O copo quebrou*. Na primeira oração, o verbo *quebrar* aparece em uma construção transitiva, na qual *João* é interpretado

como agente/causador e *o copo* como paciente afetado. A construção, nesse caso, organiza o evento como uma relação entre aquele que provoca a ação e o elemento que sofre a mudança. Já em *O copo quebrou*, o mesmo verbo aparece em uma construção intransitiva/ergativa: o causador não é expresso, e o participante afetado passa a ocupar a posição de sujeito. Assim, a diferença entre as duas orações não decorre apenas do significado do verbo *quebrar*, mas da construção em que ele é empregado.

Esse pensamento é compartilhado por Castilho (2016, p. 263), ao defender que “a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita decisão tomada pelo falante”. Assim, a transitividade deve ser compreendida como um fenômeno construcional e discursivo: é a configuração concreta da oração que define se determinado verbo será interpretado como transitivo, ergativo ou causativo.

Após fazer essas considerações acerca da concepção teórica que é adotada para a transitividade, é necessário determinar também o que este trabalho entende por valência verbal, haja vista que ela está intimamente relacionada com a quantidade de argumentos selecionados pela semântica verbal.

A valência verbal refere-se à relação dos verbos para com seus complementos – denominados aqui como argumentos – sendo o verbo responsável por selecioná-los. O argumento em função de sujeito é denominado *argumento externo*, uma vez que não faz parte do sintagma nominal, já os outros sintagmas nominais que são acionados pelo verbo são denominados *argumentos internos*.

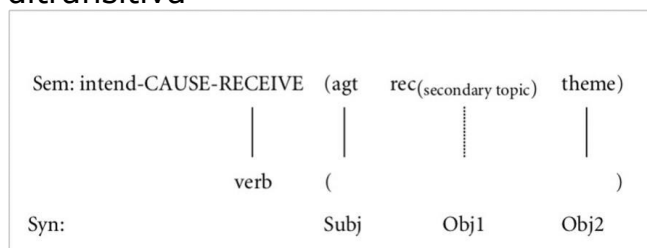
Cumprir explicar ainda que a valência não diz respeito unicamente à quantidade de argumentos acionados pelo verbo, mas também à propriedade que um mesmo verbo possui de se subcategorizar quanto ao número de argumentos em função das necessidades pragmático-discursivas. Neves (2018), ao analisar o verbo *beber*, afirma que, a depender do sentido que pode ser depreendido desse verbo, sua valência pode ser alterada, quando empregado com o sentido de *ingerir um líquido*, ele é bivalente – *João bebe água*; mas ao ser utilizado com o significado de *embriagar-se*, ele passa a ser monovalente – *João bebe demais*.

Tendo exposto os conceitos de transitividade e valência adotados neste trabalho, faz-se necessário também analisar o conceito de estrutura argumental.

Como defende Goldberg (1995; 2006), um dos papéis do verbo é selecionar os argumentos que completam a descrição de um evento. O verbo, ao ser utilizado, abre casas argumentais que devem ser preenchidas por argumentos que satisfaçam não apenas os papéis sintáticos exigidos pelo verbo, como também os semânticos. Por

exemplo, o verbo *dar* abre três casas argumentais em uma construção⁴ ditransitiva: argumento1 + V_{dar} + argumento2 + argumento3, sendo que o argumento1 representa o sujeito/agente; o argumento2 representa o objeto1/destinatário; e o argumento3, o objeto2/tema, o que é dado. Esse alinhamento de papéis pode ser observado no esquema da construção ditransitiva de Goldberg (2006:20) abaixo:

Construção ditransitiva



Fonte: Goldberg, 2006:20

Dessa forma, cumpre-se dizer que os aspectos da estrutura argumental e da valência verbal, ambos referentes à quantidade de elementos que são necessários para que um evento de mundo seja descrito, além de não poderem ser analisados de forma isolada, também se relacionam com outros aspectos linguísticos, como a transitividade, e pragmáticos, por exemplo, a maneira pela qual o evento será reportado, considerando-se a necessidade de expressar ou não algum dos elementos exigidos pelo verbo.

Cumpra-se ainda, dizer que este trabalho se insere em uma perspectiva qualitativa, uma vez que toma as ocorrências analisadas como dados linguisticamente significativos para a compreensão de usos efetivos da língua. Nessa perspectiva, mesmo o uso produzido por um único falante pode indiciar uma possibilidade de variação ou de reorganização construcional, desde que não seja interpretado isoladamente, mas em relação ao contexto discursivo, à sua motivação funcional e à sua compatibilidade com padrões já descritos na língua. Assim, não se assume que uma ocorrência singular comprove, por si só, a produtividade de uma estrutura; considera-se, antes, que ela pode apontar para um uso emergente ou para uma extensão de padrões já disponíveis no sistema linguístico. Conforme Goldberg (2006), a experiência com o input é fundamental para a convencionalização e o uso de construções, de modo que a recorrência e a aceitabilidade de uma expressão devem ser avaliadas em articulação com seu funcionamento comunicativo e com sua inserção em uma rede de construções.

⁴ As definições de construção e a contribuição das teorias da Gramática de Construções para este trabalho serão abordadas na terceira seção deste trabalho.

3. A não realização do objeto no PB

Objeto Anafórico

O objeto anafórico, apresentado por Costa (2011), não é realizado por ser passível de recuperação pelo próprio contexto, pois sem o contexto ou a sentença se tornaria agramatical, ou a aceção do verbo poderia ser alterada. No exemplo abaixo é possível perceber como isso acontece:

(01) inda falei assim se o Osmar quizé **tomá as providência** dele, ele pode **tomá** qu/eu num vo mexe com nada larguei de tu... (FG⁵, grifos nossos)

Na ocorrência (01), por meio de processo anafórico, é possível recuperar o argumento do segundo uso do verbo – *tomá (as providência)*. O falante entende que não é necessário realizar o argumento₂, uma vez que, na oração anterior, o mesmo argumento foi empregado. O mesmo processo de retomada anafórica do objeto pode ser observado no uso em (02):

(02) Sei... aí... seu nome é S... tem... tem algum motivo especial por que você tem esse nome... quem **colocô esse nome** em você?
Inf. Foi minha mãe né... minha mãe que **coloco**, né? (FG, grifos nossos)

O argumento de *colocar* também pode ser recuperado pelo contexto no qual ele é empregado, sem acesso à fala do documentador, não seria possível inferir que *esse nome* completa o sentido do verbo em questão.

Nessas ocorrências, o que se tem, então, é a não realização do argumento que pode ser recuperado. Embora a transitividade seja alterada e a estrutura argumental também, Neves (2018) salienta que

⁵ Os dados analisados fazem parte do projeto Fala Goiana (FG) sediado na Universidade Federal de Goiás, cujo objetivo é analisar, sob o viés funcionalista, o português falado em Goiás. Cumpre esclarecer que o uso do termo Fala Goiana, neste trabalho, refere-se ao recorte empírico do corpus analisado, e não à defesa de que os fenômenos aqui descritos sejam exclusivos dessa variedade. Muitos dos padrões observados, como a omissão de argumentos, a reorganização da transitividade e a emergência de construções ergativas, podem ser compartilhados por outras variedades do português brasileiro. Assim, a fala goiana é tomada como espaço de observação desses usos, sem que se descarte sua inserção em tendências mais amplas do PB contemporâneo. Os dados foram selecionados a partir de uma leitura extensa das entrevistas e da análise individual das ocorrências nas quais a não realização do objeto fosse produtiva. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas em: <https://gef-ufg.webnode.page/products/fala-goiana1/>

quando o argumento pode ser recuperado anaforicamente, não há mudança na valência,

Prototipicamente, a não realização do argumento aconteceria apenas se o argumento pudesse ser recuperado por meio de um processo anafórico, mas o que ocorre hoje são verbos que são utilizados sem que essa recuperação seja possível, são os casos do uso do gerúndio, por exemplo: *Ele não vai não, ele 'tá comendo* $\emptyset$. É possível perceber aqui que o verbo perdeu a sua noção prototípica, *comer* deixa de significar *mastigar* e *engolir*, que nesse caso exigiria o que é mastigado e engolido, e passou a ter a significação de uma ação geral, características de construções em voz média em que o sujeito é o centro do processo verbal, como *alimentar-se*, *nutrir-se*.

Já em (03), percebe-se que o verbo *beber* é utilizado não no sentido de ingerir algo que seja líquido, mas significa o ato de *embriagar-se*.

(03) o homi tá cum confiança ni nóis... num pode dá mancada não... todo mundo tá **bebeno** e ele inda... os dois lá sentado nôtra mesa, separado... (FG, grifos nossos)

Nota-se, como Tarallo (1996) e Cyrino (1996) já haviam feito, que existe uma forte tendência na língua falada de apagamento do clítico. Nas pesquisas dos referidos autores, foi possível perceber que a não realização do clítico vem tornando-se a ordem prototípica de enunciação.

Nesse contexto, Filetti-Moura (2014, p. 177) ainda distingue os objetos implícitos definidos, cuja referência pode ser recuperada anaforicamente no contexto linguístico, dos objetos implícitos indefinidos, que apresentam interpretação mais genérica e dependem de inferências fundamentadas no conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Os dados analisados parecem aproximar-se desse segundo caso.

Na construção *ele tá comendo*, por exemplo, a ausência do objeto não exige a recuperação de um alimento específico anteriormente mencionado. O verbo perfila a atividade de comer, enquanto o participante não expresso é interpretado genericamente como algo comestível. De maneira semelhante, em *todo mundo tá bebeno*, não se identifica uma bebida determinada, mas o contexto discursivo e o conhecimento sociocultural compartilhado favorecem a leitura de “consumir bebida alcoólica”.

A não realização do segundo argumento, portanto, não compromete a interpretação das construções, porque o conteúdo semântico dos verbos restringe a classe de referentes que pode ocupar essa posição. Enquanto *comer* pressupõe prototipicamente algo comestível, *beber* pressupõe algo líquido e, no contexto de (03), adquire a leitura mais específica de consumo de álcool. O argumento

não expresso permanece semanticamente pressuposto, embora não seja recuperável como uma entidade definida e individualizada.

Sob a perspectiva da Gramática de Construções, esses usos podem ser compreendidos como parte de uma rede que relaciona construções transitivas, nas quais o segundo argumento é realizado, a construções de uso absoluto, nas quais a atividade verbal é focalizada e o participante afetado apresenta menor relevância discursiva. A interpretação resulta, assim, da integração entre o significado lexical do verbo, o padrão construcional e o conhecimento compartilhado pelos falantes. Os dados mostram que a recorrência desses usos pode favorecer a convencionalização de construções nas quais *comer* e *beber* exprimem atividades genericamente compreendidas, sem que o objeto precise ser formalmente expresso.

Objeto semanticamente preenchido

Loredó Neta (2004) apresenta outra circunstância na qual o objeto não é realizado pelo falante: o objeto semanticamente preenchido. Esse processo normalmente ocorre com verbos que podem ser utilizados com ou sem um complemento nominal, sendo que a própria semântica do verbo dispensa o uso deste complemento, por exemplo, os verbos que estão ligados a secreção corporal, tais como *cuspir* e *urinar*, como em *João cuspiu ∅* e *João urinou ∅*.

Em ambos os casos, Loredó Neta (2004) defende que os próprios dicionários apresentam um argumento privilegiado para o preenchimento desses verbos, por exemplo, para *cuspir* temos *expelir cuspe*, para *urinar*, temos *expelir urina*. Com base nessa definição, parece inoportuno estruturar *João cuspiu cuspe* e *João urinou urina*. Essas construções são redundantes e não contribuem para a carga de informatividade do verbo, uma vez que esses verbos já possuem um argumento privilegiado que será facilmente acessado pelo interlocutor, não havendo necessidade, então, de preencher a casa do argumento.

No entanto, Loredó Neta (2004) ressalta que, embora possam ser dispensados, existe a possibilidade de preencher a casa do argumento² com temas que não equivalem aos usos prototípicos e, nesses casos, o preenchimento se torna obrigatório para que haja uma comunicação efetiva. São os casos, por exemplo, de *João cuspiu fogo* e *João urinou sangue*.

Entretanto, é válido ressaltar que nesses casos há a especificação e/ou mudança na acepção prototípica do verbo. O verbo *cuspir* passa a ser utilizado com a acepção de *bradar*, *falar raivosamente* sobre algo, e *urinar* passa a ser utilizado, provavelmente, com a função de comunicar um caso clínico, uma patologia.

Na Fala Goiana é possível encontrar eventos similares:

(04) gentinu jovem aprendiz tipu oportunidadi di primeru impregu tal a genti ia faze u cursu duranti oitu mesis i, pra **recebe**, né, a genti a telemont ia pagá u cursu ia genti ia ganhá pra faze eli (FG, grifos nossos)

Em (04), percebemos que o verbo *receber* é utilizado sem o argumento2 por ter um complemento – salário/dinheiro, ou outra palavra que evoque o mesmo *frame* semântico – relacionado ao ambiente de trabalho, logo, receber dentro deste *frame* semântico já é associado ao argumento *dinheiro/salário* e o falante não sente que haja necessidade de realizá-lo. É válido ressaltar que, à luz dos Modelos Baseados no Uso, isso não o torna intransitivo, mas sim menos transitivo do que um evento semelhante no qual o argumento fosse realizado.

Tanto é que, mesmo não mudando a acepção geral do verbo, *causar recebimento*, o mesmo falante sente necessidade de realizar o argumento2 quando esse não for o privilegiado, como se observa em (05):

(05) cara qui trabalhava juntú com eli u Danilo saiu porque **recebeu uma proposta melhor** cabô conversanu com a psicóloga pra conversá comigu qui eu tinha um certu interessipra faze um testi (FG, grifos nossos)

Já o verbo *costurar*, em (06), seleciona por meio de anáfora o argumento *ropa, vestido de chita*:

(06) Nossas ropa era qu/es vestido de chita...feito na mão... a mãe cortava de quoqué jeito... **custurava** de quoqué jeito, i nós vistia e era feliz... (FG, grifos nossos)

No entanto, o verbo *costurar* também integra a categoria de verbos que possuem argumentos privilegiados e, sendo assim, poder-se-ia analisar só o fragmento: **custurava de quoqué jeito i nós vistia e era feliz...** sem que isso causasse estranhamento, uma vez que quem *costura*, prototipicamente, costura *roupa*, além disso, o verbo *vistia* que integra o *frame* semântico de *corte e costura* reforça o entendimento do verbo.

É interessante observar que o verbo *costurar* pode ser utilizado no lugar de *suturar*, mas para isso, o argumento2 deve ser realizado, seria o caso, por exemplo, de *ele costurou o dedo*.

É possível afirmar, assim, que do ponto de vista prototípico, o verbo *costurar* exige menos informação, sendo assim, por serem verbos disseminados e facilmente acessíveis e com temas

privilegiados, não há a necessidade de que o argumento₂ seja utilizado. Todavia, quando o sentido do verbo foge da sua noção prototípica, esse uso exigirá uma carga informacional maior, não frequentemente acionada e, por isso, exige o preenchimento da casa do argumento₂.

Pensando na rede de construções nas quais elementos compartilham propriedades semelhantes, pode-se dizer que os verbos **beber** e **comer**, classificados como verbos com objeto implícito indefinido, por possuírem significação mais genérica, também possuem um argumento que é privilegiado, compartilhando, assim, de características de verbos que são semanticamente preenchidos. Isso fortalece a premissa de eventos que estão conectados por redes cognitivas.

Voz Ergativa

Em uma perspectiva tipológica, Dixon (1994) distingue três funções sintático-semânticas fundamentais: A, correspondente ao argumento mais agentivo de uma oração transitiva; O, correspondente ao argumento afetado dessa oração; e S, único argumento de uma oração intransitiva. Nos sistemas nominativo-acusativos, A e S recebem tratamento semelhante e se opõem a O. Nos sistemas ergativo-absolutivos, por sua vez, S e O são tratados de maneira semelhante, enquanto A recebe codificação distinta. Essa definição diz respeito ao alinhamento gramatical das línguas e não deve ser automaticamente equiparada às construções tradicionalmente denominadas ergativas no português.

Dixon (1994) também descreve sistemas de ergatividade cindida, nos quais o alinhamento varia de acordo com fatores gramaticais e semânticos, como a natureza do verbo ou do sintagma nominal, o tempo, o aspecto, o modo e o tipo de oração. Desse modo, a ergatividade cindida não corresponde simplesmente à ocorrência eventual de uma construção intransitiva com participante afetado em uma língua predominantemente nominativo-acusativa. No presente estudo, portanto, não se propõe que o português brasileiro seja uma língua ergativo-absolutiva nem que possua marcação morfológica de caso ergativo. O termo *construção ergativa* é empregado em sentido mais restrito, para designar construções intransitivas nas quais o único argumento expresso corresponde semanticamente ao participante afetado de uma construção transitiva relacionada.

Essa delimitação pode ser observada no contraste entre uma construção transitiva causativa – *João fechou a porta* – e uma construção intransitiva ergativa/incoativa – *A porta fechou*. Na construção transitiva, *João* é codificado como participante causador, enquanto *a porta* corresponde ao participante afetado pela mudança de estado. Na construção intransitiva, apenas o participante afetado é

expresso e ocupa a função de sujeito. O evento é apresentado como mudança de estado, sem que o causador seja lexicalmente codificado. Há, portanto, uma redução de valência entre a construção transitiva, de estrutura biargumental, e a construção intransitiva, de estrutura monoargumental.

A relação entre as duas construções não deve ser entendida necessariamente como simples deslocamento do objeto para a posição de sujeito. Mais precisamente, o participante que exerce a função de O na construção transitiva corresponde a S na construção intransitiva. É justamente essa aproximação funcional e semântica entre O e S que motiva, no âmbito deste artigo, o emprego do termo *ergativo*. Trata-se, contudo, de uma ergatividade circunscrita a uma configuração construcional, e não de um sistema tipológico de alinhamento ergativo-absolutivo.

Ao analisar a Fala Goiana, Barros (2011) emprega a denominação *voz ergativa* para construções em que o participante afetado ocorre anteposto ao verbo, enquanto o agente ou causador não é expresso. Nos termos da autora, pode-se estabelecer o seguinte contraste:

Voz ativa: *O garçom quebrou o copo* – Agente/argumento1 + verbo + paciente/argumento2

Voz ergativa: *O copo quebrou* – Paciente/argumento1 + verbo + $\emptyset$

Embora Barros (2011) descreva esse processo em termos de deslocamento ou topicalização, o fenômeno não se reduz à alteração da ordem dos constituintes. A construção apresenta também diferenças de valência e de perspectivação: enquanto a estrutura transitiva perfila a relação causal entre um agente e um participante afetado, a construção ergativa focaliza a mudança de estado sofrida por esse participante e deixa o causador fora da codificação linguística. Também é possível perceber isso em:

(07) Monsenhor Pedro chegô aqui eu tava cum a casa caída...
meus trem quebrô tudo, cabô tudo... meus minino... (FG, grifos nossos)

Na ocorrência *meus trem quebrô tudo*, o sintagma *meus trem* designa o participante afetado por uma mudança de estado e aparece como único argumento nuclear do verbo *quebrar*. Não há expressão formal de um agente ou causador, e o evento é apresentado a partir do resultado sofrido por esse participante. Essas propriedades aproximam o dado da construção ergativa delimitada neste trabalho: uma construção monoargumental na qual o participante correspondente ao objeto da construção causativa ocupa a função de sujeito.

É necessário, ainda, discriminar o estatuto de *tudo*. Nesse contexto, o item não parece constituir objeto direto de *quebrar* nem introduzir um segundo participante na estrutura argumental. Sua função é quantificar o sintagma *meus trens*, com leitura próxima a *todos* ou *por completo*, ressaltando que a totalidade dos bens do falante foi afetada pelo evento. Assim, uma paráfrase aproximada seria *meus trens quebraram todos* ou *meus trens quebraram por completo*.

O comportamento de *tudo* é, portanto, compatível com a interpretação ergativa da ocorrência, pois não preenche a posição de objeto nem transforma a construção em biargumental. O único participante nuclear formalmente expresso é *meus trens*, caracterizado semanticamente como entidade afetada. A leitura ergativa, contudo, não decorre apenas da presença do quantificador, mas da combinação entre a semântica de mudança de estado de *quebrar*, a ausência de um causador expresso, a redução de valência e a codificação do participante afetado como sujeito da construção.

Barros (2011) associa as construções ergativas mais prototípicas a verbos que denotam mudança de estado, como *quebrar*, *abrir* e *fechar*. Os dados da Fala Goiana, entretanto, permitem investigar se esse padrão se estende a verbos que não participam prototipicamente da alternância causativa. Nesses casos, torna-se necessário verificar se a construção mantém as propriedades centrais aqui delimitadas: redução de valência, ausência de codificação do causador, focalização do participante afetado e interpretação do evento como processo ou mudança de estado. Essa possibilidade pode ser observada, por exemplo, no emprego do verbo *ferver* em:

(08) ela num... num guenta... aí sempre cê tem que faê fritá um toicim... ô se não **colocá matega e dexá ela fervê** algum tempo... aqui não... quando eu vô pegá va... é... mexê... quando eu quero uma panela... eu ponho ela já direto no fogo... na fornaia não estora... (FG, grifos nossos)

Em (08), o verbo *ferver* ocorre na oração infinitiva *deixar ela ferver algum tempo*. O pronome *ela*, correferente a *manteiga*, não representa o agente do evento, mas o participante submetido ao processo térmico. É possível relacionar essa ocorrência ao contraste entre *o calor ferveu a manteiga* e *a manteiga ferveu*. Na construção transitiva, a causa e o participante afetado são formalmente expressos; na construção intransitiva, apenas o participante afetado é codificado como argumento de *ferver*. A ocorrência aproxima-se, portanto, de uma construção ergativa ou incoativa prototípica, na qual o sujeito sintático não controla nem realiza intencionalmente o evento, mas sofre uma mudança de estado. Deve-se considerar, contudo, que a oração está encaixada na construção causativa-permissiva com *deixar*. Assim, a causa não é inteiramente excluída da conceptualização

do evento, embora não seja realizada como argumento do verbo *ferver*.

A extensão desse padrão a verbos fortemente agentivos pode ser observada em:

(09) O apartamento vendeu (FG⁶)

Em seu uso transitivo prototípico, *vender* seleciona um participante agentivo, responsável por realizar intencionalmente a transação, e um participante não agentivo, correspondente ao bem comercializado, como em *a corretora vendeu o apartamento*. Em (09), entretanto, o participante que ocuparia a posição de objeto na construção transitiva é codificado como sujeito, enquanto o vendedor não é formalmente expresso. A construção apresenta, assim, redução da valência sintática e focalização do resultado da negociação, e não do responsável por sua realização.

O dado é particularmente relevante para a hipótese de ergativização porque mostra que o padrão monoargumental com sujeito não agentivo não se restringe aos verbos que denotam prototipicamente mudança de estado. A construção licencia um verbo cuja semântica pressupõe ação intencional, mas reorganiza a expressão de seus participantes, promovendo o elemento não agentivo à função de sujeito e retirando o agente da codificação sintática. Não se trata, contudo, de uma incoativa canônica. Diferentemente de *o copo quebrou*, que pode designar um evento espontâneo, *o apartamento vendeu* implica necessariamente que alguém realizou a venda. A agentividade deixa de ser expressa, mas permanece semanticamente pressuposta.

Construções dessa natureza têm sido denominadas incoativas periféricas, pois apresentam forma intransitiva semelhante à das incoativas canônicas, embora mantenham semanticamente a participação de um agente. A interpretação também depende de condições discursivo-pragmáticas: a construção tende a ser mais natural em contextos nos quais o bem foi colocado à venda e o falante comunica o resultado esperado, como em *o apartamento já vendeu* ou *o apartamento ainda não vendeu*.

Embora se possa cogitar uma análise média, essa interpretação parece menos adequada para a ocorrência. Construções médias como *esse apartamento vende fácil* não descrevem um evento particular, mas atribuem ao sujeito uma propriedade que favorece a realização da venda. Em (10), o pretérito perfeito apresenta a comercialização como um evento concluído. Desse modo, o dado se aproxima mais de uma construção ergativizada de caráter eventivo do que de uma construção média prototípica.

⁶Dados não sistematizados do Fala Goiana.

4. Considerações construcionais sobre a não realização do objeto

É possível perceber que nos três casos apresentados aqui (objeto anafórico, objeto semanticamente preenchido e voz ergativa), ao utilizar o verbo sem um dos sintagmas nominais, sem realizar a casa do argumento², o indivíduo automaticamente utiliza o verbo com uma valência menor, com exceção dos argumentos que podem ser, de alguma forma, recuperados.

A partir do exposto, acredita-se que haja uma ligação entre esses três fenômenos, uma generalização formada a partir dos *tokens*, a partir do contato com variadas instâncias do uso que, embora acionem diferentes significados e papéis semânticos, têm estrutura argumental similar. Para explicar essa hipótese, a perspectiva construcional adotada por Goldberg (2006) é aplicada na próxima seção.

Análise construcional

Uma construção, segundo Goldberg (2006) é o pareamento de uma forma e um significado. Esse pareamento é formado pelos usos que o falante faz da língua e esses usos, por sua vez, são motivados pelas necessidades comunicativas do falante. Uma construção traz consigo diversas outras construções, sendo derivada de construções já existentes e podendo, até certa extensão, gerar outras construções.

Como foi mencionado, anteriormente, a construção *tá bebendo*, pode ser motivada pelo não uso do reflexivo, assim como pelas construções com objeto semanticamente preenchido e, também, pela construção básica SVO. Isso mostra que os fenômenos, na língua, não ocorrem de forma isolada, eles ocorrem em redes e a mudança não é centrada no *token*, ela se materializa no *token*, mas pode ser percebida em toda a construção e até mesmo nas generalizações que envolvem a construção.

Sendo assim, ao observar a oração destacada no excerto:

(11) é você querê/ é tipo você tá cum cede **você vai bebe uma água...** i joga o copo fora... (FG, grifos nossos)

É possível perceber a compilação de todas as sentenças nas quais *você* pode se portar como sujeito, todas as sentenças nas quais *água* pode se portar como objeto, todas as sentenças nas quais o verbo *beber* pode ser empregado no sentido de ingerir um líquido, além disso, essa construção traz em si todas as construções transitivas, construções de voz ativa, construções de padrão SVO e diversas outras construções, todas ligadas umas às outras, com uma proximidade

maior ou menor, formando redes significativas que são interconectados por meio de nós.

A criação de novos nós em redes de construções linguísticas pode ocorrer por meio da analogia, quando falantes usam construções produtivas em diferentes contextos, motivados por experiências anteriores. Com o tempo, essas construções se tornam mais abstratas e são aplicadas de forma ampliada, além dos usos originais.

Outro elemento chave para a formação de novos nós dentro da rede é o processo de categorização, explicado por Traugott e Trousdale (2013). Conforme o indivíduo vivencia suas experiências no mundo, ele vai armazenando as informações conceituais daquilo que vive e criando categorias gerais para experiências semelhantes.

Goldberg (2006) já defendia essa ideia. A autora apregoa que uma categoria é formada a partir da compilação de representações de uma expressão, de acordo com a semelhança entre as expressões, elas são compiladas juntas e, conforme o aprendiz recebe um *input*, ele tenta categorizá-lo junto a padrões já existentes.

Segundo a autora, ao aprender uma expressão, os falantes não retêm todos os detalhes, mas abstraem aspectos gerais, criando categorias e generalizações que facilitam o reconhecimento e uso futuro da língua.

Goldberg (2006) reconhece que a partir de duas expressões similares já é possível abstrair localmente uma estrutura argumental e começar a formulação de algum tipo de generalização baseada nessa categorização. Além disso, a autora ressalta que a junção entre a linguística e a psicologia cognitiva torna possível considerar a combinação de abstrações e o uso da língua. A linguística cognitiva reconhece que enquanto o aprendiz registra uma grande quantidade de expressões individuais de uma categoria, também discerne relações significativas entre as expressões, o que torna possível a formulação de uma categoria e de uma generalização.

A análise das generalizações pelo que nós denominaremos construções pseudo-monovalentes⁷, são aquelas que possuem um argumento passível de ser recuperado anaforicamente e, como ressalta Neves (2018), apesar de na estrutura argumental o argumento não ser realizado, a valência continua inalterada. Tomando como base a representação de Goldberg (2006) para as construções apresentadas em (12) e (13), temos:

⁷ Denominamos essas construções de pseudo-monovalentes por se tratarem de construções com verbos bivalentes que não apresentam um segundo argumento em sua estrutura argumental, no entanto, esse argumento pode ser recuperado de alguma forma, ou contextualmente, ou por meio de anáfora, ou o argumento encontra-se implícito na própria semântica do verbo.

(12) Sem:	Prover <i>Vtomar</i>	Agente <i>ele</i>	Tema <i>as providências(ø)</i>
Sin:		SUJ	OBJ(ø)

(13) Sem:	Nomear <i>Vcolocar</i>	Agente <i>minha mãe</i>	Tema <i>o nome(ø)</i>
Sin:		SUJ	OBJ(ø)

Mesmo tendo a frame semântica diferente, é importante perceber que a estrutura argumental é a mesma tanto em (12) quanto em (13), além disso, em ambos casos o complemento do verbo pode ser compreendido como parte constituinte de uma perífrase com o verbo predicator, em *tomar as providências* e em *colocar nome*, teríamos os equivalentes semânticos: *providenciar* e *nomear*; como parte de uma perífrase é mais fácil com que o objeto seja recuperado anaforicamente em um contexto imediato, principalmente quando o próprio tema da interação fornece pistas dos argumentos que podem complementar o verbo.

Em termos de transitividade, os graus de transitividade se diferem em (12) e (13), como em (12) **ele pode tomá** qu/eu num vô mexê com nada larguei de tu... temos transitividade mais baixa que em (13) **minha mãe que coloco**, né?, pois o grau de afetamento dos pacientes também se difere, enquanto o afetamento de providências é mínimo, colocar nome/nomear consegue alterar o estado do paciente.

Um caso que se assemelha às construções pseudo-monovalentes apresentadas ocorre quando se tem um argumento/objeto que já é privilegiado pelo verbo, quando o uso se torna frequente e produtivo o suficiente para que o falante não precise preencher a caso do argumento² sem que isso cause estranhamento ao interlocutor. Como pode ser observado nas seguintes construções:

(14) Sem:	Receber <i>Vreceber</i>	Agente <i>agente</i>	Tema <i>[salário](ø)</i>
Sin:		SUJ.	OBJ(ø)

(15) Sem:	Costurar <i>Vcosturar</i>	Agente <i>a mãe</i>	Afetado <i>[roupa] (ø)</i>
Sin:		SUJ	OBJ(ø)

Nas duas construções acima, temos a mesma estrutura argumental e, se seguirmos a lógica de pensamento a respeito da valência apresentada por Neves (2018), por mais que não se faça presente na estrutura argumental, é possível recuperar um argumento², seja pelo campo semântico no qual o uso se materializa,

seja pela própria semântica do verbo, dessa forma, os verbos nas construções representadas em (14) e (15) não poderiam ser considerados monovalentes prototípicos.

Em termos de transitividade, os graus de transitividade se diferem em (14) *pra recebe* e (15) *custurava de quôquê jeito*, sobretudo pois construções com o verbo *costurar* conseguem transformar/afetar o paciente, sendo o que Goldberg (2006) descreve como construção transitiva prototípica.

Esse é um ponto crucial para entender as construções ergativas. No caso desse tipo de construção, os verbos não exigem o argumento1, quando há o deslocamento do argumento2 para a esquerda do verbo, para a posição do argumento1/sujeito, supprime-se a casa do argumento2 e uma construção monovalente acontece:

(16) Sem:	Quebrar	Afetado	(∅)
	<i>Vquebrar</i>	<i>os trem</i>	(∅)
Sin:		SUJ/OBJ	(∅)

(17) Sem:	Derreter	Afetado	(∅)
	<i>Vderreter</i>	<i>a manteiga</i>	(∅)
Sin:		SUJ/OBJ	(∅)

(18) Sem:	Vender	Afetado	(∅)
	<i>Vvender</i>	<i>o apartamento</i>	(∅)
Sin:		SUJ/OBJ	(∅)

Percebe-se que nas construções com a voz ergativa, todos os casos analisados possuem a mesma estrutura argumental, se assemelham às estruturas sintáticas do objeto semanticamente preenchido e do objeto anafórico por serem instâncias que não exigem um segundo argumento, mas são diferentes dessas construções pois, ao assumir a posição de sujeito, o objeto de uma ergativa passa a exercer funções sintáticas que, normalmente, o sujeito exerce, como a concordância com o verbo. Uma similaridade entre as construções ergativas é que os objetos que ocupam essa casa são afetados pela ação do verbo, que por sua vez são verbos de ação-processo.

Em termos de transitividade, as três instâncias analisadas como construções ergativas, mesmo sendo monovalentes, apresentam alto nível de transitividade, mesmo com a supressão do agente, os pacientes passam por alto nível de afetamento.

5. Considerações finais

Como é possível perceber, o objeto anafórico e o objeto semanticamente preenchido são circunstâncias da não realização do argumento². Muito embora eles possam ser utilizados, diversos fatores trabalham em conjunto para que o falante privilegie usos nos quais eles não acontecem: construções que não realizam o reflexivo, verbos semanticamente preenchidos, verbos com argumentos privilegiados, usos altamente disseminados socialmente, processos anafóricos. É válido ressaltar, no entanto, que tais usos não configuram uma reorganização sintática, o que ocorre com o caso ergativo, mas é fortemente motivado por ela, principalmente pela redução da valência.

Os dados analisados permitiram distinguir diferentes configurações de não realização do segundo argumento. Em alguns casos, o objeto não expresso apresenta referência definida e pode ser recuperado anaforicamente no contexto discursivo. Em outros, não há um referente específico anteriormente mencionado, mas um participante semanticamente pressuposto, cuja interpretação é restringida pelo significado do verbo e pelo conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Em construções como *ele tá comendo* e *todo mundo tá bebendo*, por exemplo, não se recupera necessariamente um alimento ou uma bebida determinados; interpreta-se, antes, uma classe genérica de entidades compatíveis com a atividade expressa pelo verbo.

As construções interpretadas como ergativas apresentam organização distinta. Nesses casos, não se trata apenas da ausência formal do objeto de uma construção transitiva. O participante que corresponde ao objeto afetado na construção causativa é codificado como sujeito de uma construção intransitiva de valência reduzida, enquanto o agente ou causador não é expresso. Em *a porta fechou* e *meus trem quebrô tudo*, o evento é perspectivado a partir da mudança de estado sofrida pelo participante afetado, que passa a constituir a figura central da descrição.

Os dados também sugerem que esse padrão não se restringe aos verbos mais prototípicos de mudança de estado. Ocorrências como *apartamento vendeu* indicam a possibilidade de extensão da configuração monoargumental a verbos cuja estrutura semântica pressupõe um participante agentivo. Nesses casos, embora o agente permaneça semanticamente inferível, ele deixa de ser codificado sintaticamente, e o resultado do evento passa a ser focalizado. Essa extensão constitui um indício de produtividade do padrão ergativo, ainda que não seja suficiente, isoladamente, para comprovar uma mudança generalizada no português brasileiro.

Sob a perspectiva da Gramática de Construções e dos Modelos Baseados no Uso, esses diferentes padrões podem ser compreendidos como construções relacionadas em rede, mas dotadas de propriedades

OLIVEIRA, Cleiton Ribeiro e; BARROS, Déborah Magalhães de. A não realização do objeto na segunda casa argumental e o desenvolvimento de construções ergativas no Português Brasileiro. *Revista Intercâmbio*, v. LIX, e73224, 2026. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

próprias. A recorrência de construções com objeto não expresso pode favorecer a abstração de esquemas nos quais a interpretação do evento não depende da realização formal de todos os seus participantes. Entretanto, os resultados mostram que a não realização do segundo argumento não constitui um fenômeno único: ela pode decorrer da recuperação anafórica do referente, de seu preenchimento semântico-pragmático ou de uma reorganização construcional que reduz a valência e focaliza o participante afetado.

Por fim, cabe ponderar que ainda são necessários futuros estudos, mais encorpados, sobre a não realização do argumento em função de objeto, inclusive com a possível consideração de uma abordagem quantitativa para investigar a proporção na qual o objeto não vem sendo realizado, não apenas na fala goiana, mas no português brasileiro de forma geral.

Referências bibliográficas

BARROS, D. M. *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana*. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BARROS, D. M. *Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva construcional*. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BYBEE, J. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

CASSEB-GALVÃO, V. C.; BARROS, D. M. de; BERTOQUE, L. A. D. *Construções de voz no português brasileiro: norma, uso e funcionalidade*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

COSTA, S. *O (não) preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa: análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX*. 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CRUSE, D. A. *A glossary of semantics and pragmatics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

OLIVEIRA, Cleiton Ribeiro e; BARROS, Déborah Magalhães de. A não realização do objeto na segunda casa argumental e o desenvolvimento de construções ergativas no Português Brasileiro. *Revista Intercâmbio*, v. LIX, e73224, 2026. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 163-184.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FILETTI-MOURA, E. *Objetos implícitos no português contemporâneo falado em Goiás: uma abordagem funcional*. 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013. p. 13-39.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 21-47.

GARCÍA, A, L. *Gramática del español II: la oración simple*. Madrid: Arco/Libros, 1996. 615 p.

GIVÓN, T. *Syntax. A functional typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. *Essentials of cognitive grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

OLIVEIRA, Cleiton Ribeiro e; BARROS, Déborah Magalhães de. A não realização do objeto na segunda casa argumental e o desenvolvimento de construções ergativas no Português Brasileiro. *Revista Intercâmbio*, v. LIX, e73224, 2026. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

LOREDO NETA, M. M. *Objeto direto: condições de omissão no português do Brasil*. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. UNESP. São Paulo, 2018.

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 37, p. 159-178, 1993.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 69-105.

TOMASELLO, M. *Origins of Human Communication* (Jean Nicod Lectures). Cambridge, MA: MIT Press, 2008.

TOMASELLO, M. *Why we cooperate*. Cambridge, MA: MIT Press, 2009. TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 07/09/2025
Aprovado em: 26/05/2026



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada